

Decreto-Lei n.º 32/78

de 24 de Outubro

Não obstante a tolerância e o incentivo revelados pelo Governo a propósito das propriedades dos absentistas, particularmente às votadas à agricultura, base fundamental da economia nacional, têm-se verificado que a situação se mantém em flagrante contradição com os objectivos nacionais de utilização racional das riquezas do País.

Com efeito constata-se que os donos dessas propriedades nunca viveram no País ou ausentaram-se definitivamente, deixando-as ao procurador ou arrendatários que se limitam na maioria dos casos a colher os produtos para exportação e arrecadar as respectivas receitas para os seus representados.

Por outro lado, alguns desses proprietários absentistas contraíram empréstimos em instituições financeiras nacionais, deixando avultados débitos com poucas possibilidades de solvência.

Nestes termos;

Usando da faculdade conferida pela Assembleia Popular, ao abrigo do n.º 1 do artigo, 26.º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São confiscadas as seguintes propriedades agrícolas, vulgarmente designadas roças, bem como todos os meios de produção, transformação, acondicionamento, estocagem e quaisquer outros bens a elas pertencentes — Na província de S. Tomé:

Rocha Maiango
» Amparo II
» Vila Ana.

- » Roça Palmar
 - » Guayaquil
 - » Mestre António
- Sociedade Agrícola Ribeira Afonso, Limitada
- Roça Santa Cecília, Quinta das Palmeiras, Mu-
lembú, Santy e Monte Estoril.
- Roça Vila Inácia
 - » Nova Moka
 - » Benfica
 - » Pentecostes
 - » Piedade, Santa Eugénia, Maria Luisa e Mon-
talegre
 - » Montes Herminios
 - » Laura
 - » Monte Mário
 - » » Água Tanque.

Na Província do Príncipe:

Roças Olímpia, Ponta Forte e Praia de Évora.

Art. 2.º O Governo definirá posteriormente as moda-
lidades de exploração racional das referidas propriedades.

Art. 3.º Este decreto-lei entra imediatamente em
vigor.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros em 28 de
Setembro de 1978.

O Primeiro Ministro e Ministro da Coordenação Eco-
nómica, Cooperação e Turismo, *Miguel Anjos Trovoada*.
— Pelo Ministro de Administração Territorial e Secretário
de Estado de Administração Territorial, *Evaristo do
Espírito Santo Carvalho*. — O Ministro dos Negócios
Estrangeiros, *Leonel Mário de Alva*. — O Ministro da
Informação e Cultura Popular, *Alda do Espírito Santo*.
— O Ministro-Delegado da Presidência, *Manuel Qua-
resma dos Santos Costa*. — O Ministro da Defesa e Segu-
rança Nacional, *Daniel Lima dos Santos Daio*. — O Mi-
nistro da Educação Nacional e Desporto e da Justiça,
Celestino Rocha da Costa. — O Ministro do Equipamento
Social e Ambiente, *Flávio Quaresma Pires dos Santos*. —
O Ministro de Agricultura, Trabalho e Previdência
Social, *Henrique Pinto da Costa*. — O Ministro da Saúde,
Frederico José Henriques Sequeira. — O Secretário de
Estado de Agricultura, *Carlos Alberto Menezes Braçança
Gomes*.

Promulgado em 29 de Setembro de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, MANUEL PINTO DA COSTA.